

HEDGE I FIAGRO - PARTICIPAÇÕES -
MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 49.371.794/0001-99)
(Administrado pela Hedge Investments Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários Ltda. -
CNPJ: 07.253.654/0001-76)

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

HEDGE I FIAGRO - PARTICIPAÇÕES - MULTISTRATÉGIA

(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)

(Administrado pela Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda – CNPJ:07.253.654/0001-76)

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Demonstração da posição financeira

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Cotistas do
Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia
(Administrado pela Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia (“Fundo”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a na nota explicativa nº 5, a qual descreve sobre o investimento do Fundo em ações de companhia fechada, avaliado a valor justo, apurado através de estudo econômico e financeiro realizado pela Administração. Na mensuração do valor justo desses investimentos foram consideradas premissas, como fluxo de caixa, taxa de juros e de desconto, entre outras, as quais, caso não se materializem, o valor recuperável registrado neste investimento poderá ser diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Participações em companhias não negociadas em mercado organizado

Conforme apresentado na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, o Fundo possuía ações de companhias sem negociação em mercado organizado, no montante de R\$ 2.560 mil, que representava 96,20% do seu patrimônio líquido naquela data.

Conforme nota explicativa nº5, o valor justo desse investimento foi avaliado através de laudo econômico e financeiro que requerem estimativas com alto grau de julgamento para sua mensuração, com premissas preparadas e revisadas pela Administradora, os quais, se não materializadas, poderá o valor registrado nestes títulos vir a ser diferente daquele estimado quando de sua efetiva realização. A avaliação do valor justo é realizada por especialistas da própria Administradora do Fundo e formalizada ao menos uma vez ao ano, sendo utilizada metodologia de fluxo de caixa descontado. Devido a relevância destes investimentos, a complexidade dos cálculos, as mudanças que podem ocorrer nestas estimativas e premissas, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da razoabilidade das premissas utilizadas;
- revisão das informações que possam contradizer as premissas mais significativas e metodologia selecionada;
- análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do modelo com suas oscilações; e
- avaliação da adequada divulgação sobre o assunto incluídas nas notas explicativas sobre os assuntos mencionados.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação do valor justo atribuído aos investimentos.

Responsabilidade da Administradora pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A responsabilidade pela governança do Fundo é da Administradora do Fundo, sendo estes com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia
(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)
Administradora: Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
(CNPJ nº 07.253.654/0001-76)

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas

Ativo	Nota explicativa	Quantidade	31/12/2024	% PL	31/12/2023	% PL	Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	% PL	31/12/2023	% PL
<u>Circulante</u>			143	5,37	170	7,33	<u>Circulante</u>		42	1,58	25	1,08
Disponibilidades			2	0,08	2	0,09	Provisões e contas a pagar		42	1,58	25	1,08
Depósitos bancários			2	0,08	2	0,09	Taxa de administração	6	2	0,08	-	-
							Auditoria e custódia		40	1,50	25	1,08
Aplicações financeiras			141	5,30	168	7,24						
Cotas de fundos de investimento	4	2.081	141	5,30	168	7,24						
<u>Não Circulante</u>			2.560	96,20	2.175	93,75	<u>Patrimônio líquido</u>		2.661	100,00	2.320	100,00
Realizável a Longo Prazo			2.560	96,20	2.175	93,75	Cotas integralizadas	8	2.100	78,92	2.100	90,52
Participações em companhias não negociadas em mercado organizado			2.560	96,20	2.175	93,75	Lucros acumulados		561	21,08	220	9,48
White Commodities Agrícolas Ltda.	5	1.950.000	2.560	96,20	2.175	93,75						
Total do ativo			2.703	101,58	2.345	101,08	Total do passivo e patrimônio líquido		2.703	101,58	2.345	101,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia

(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)

Administradora: Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(CNPJ nº 07.253.654/0001-76)

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 14 de fevereiro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas

Composição do Resultado do exercício/período

	Nota explicativa	31/12/2024	14/02/2023 a 31/12/2023
Ações em companhias não negociadas em mercado organizado			
Resultado com valor justo das ações de companhias investidas	5	385	225
		385	225
Outros ativos financeiros			
Receita com cotas de fundos de renda fixa		8	28
		8	28
Outras receitas/despesas			
Taxa de administração	6 e 12	(21)	(3)
Auditoria e custódia	12	(27)	(25)
Taxa de fiscalização CVM	12	(3)	(3)
Outras despesas	12	(1)	(2)
		(52)	(33)
Lucro líquido do exercício/período		341	220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia
(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)
Administradora: Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
(CNPJ nº 07.253.654/0001-76)

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 14 de fevereiro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas

Composição do Resultado Abrangente do exercício/período	31/12/2024	14/02/2023 a 31/12/2023
Resultado do período	341	220
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	341	220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia

(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)

Administradora: Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(CNPJ nº 07.253.654/0001-76)

Demonstração da mutação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 14 de fevereiro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas

	Nota explicativa	Cotas integralizadas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	-	-
Cotas integralizadas	9	2.100	-	2.100
Lucro líquido do período		-	220	220
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.100	220	2.320
Lucro líquido do exercício		-	341	341
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.100	561	2.661

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hedge I Fiagro - Participações - Multiestratégia

(CNPJ nº 49.371.794/0001-99)

Administradora: Hedge Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(CNPJ nº 07.253.654/0001-76)

Demonstrações do fluxo de caixa (método direto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 14 de fevereiro (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas

	Nota explicativa	31/12/2024	14/02/2023 a 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de rendimentos de cotas de fundos de investimento de renda fixa		8	28
Pagamento da taxa de administração		(19)	(3)
Pagamentos auditoria e custódia		(12)	-
Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(3)	(3)
Pagamento de outros gastos operacionais		(1)	(2)
Caixa líquido das atividades operacionais		(27)	20
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ações de companhias não negociadas em mercado organizado	5	-	(1.950)
Caixa líquido das atividades de investimentos		-	(1.950)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de cotas	9	-	2.100
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	2.100
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(27)	170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período		170	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período		143	170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das cotas)

1 Contexto operacional

O Hedge I Fiagro Participações Multiestratégia (“Fundo”) iniciou suas atividades em 14 de fevereiro de 2023, sob a forma de condomínio fechado, voltado para investidores qualificados, com prazo de duração de 15 anos, podendo ser prorrogado por até 2 períodos sucessivos de 1 ano cada.

O objetivo do Fundo é gerar rendimentos no longo prazo a seus cotistas, por meio de investimentos em quotas, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em quotas/ações, conforme admitido pela regulamentação aplicável (“Valores Mobiliários”) de emissão de empresas que desenvolvam, preponderantemente, atividades relacionadas ao setor agroindustrial, tais como, produção e comercialização de produtos agrícolas, prestação de serviços relacionados à cadeia produtiva do agronegócio, compra e venda de insumo ou produtos agrícolas, fabricação de alimentos para consumo animal, de óleos e farelos vegetais em geral, e depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns e guarda de móveis, visando o desenvolvimento de atividades nas cadeias produtivas agroindustriais.

A gestão de riscos da Administradora tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na nota explicativa nº 17.

A Administradora, nos termos da Instrução CVM nº 579/16, classifica o Fundo como entidade de investimento. A classificação foi definida considerando que o Fundo cumpre, cumulativamente, os requisitos e indicadores aplicáveis as entidades de investimento, conforme delimitados pela norma supracitada:

- O Fundo obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;
- O Fundo possui o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;
- O Fundo mensura e avalia o desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e
- O Fundo define nos seus regulamentos estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição do gestor de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido na estratégia, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais e com as disposições previstas na Instrução CVM nº 579 e demais alterações posteriores, bem como dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, devidamente aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração para emissão e divulgação em 30 de maio de 2025.

3 Principais políticas contábeis e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administradora efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários, fundos de investimento/aplicações financeiras de renda fixa, de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado decorrente de sua negociação.

Mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o propósito de receber fluxos de caixa contratuais, e são ajustados pelas provisões de perdas esperadas.

(iv) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Disponibilidades: saldos de caixa;

Aplicações financeiras: cotas de fundos de investimento.

c. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos e ajustados pelos custos de transação. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

(i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto aqueles mensurados pelo custo amortizado, cujo valor não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas diariamente pelo valor da cota divulgado pelo respectivo administrador.

(ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A "taxa efetiva de juros" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

(iii) Reconhecimento de variações de valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

Participações em companhias não negociadas em mercado organizado.

Os investimentos em cotas de companhias não negociadas em mercado organizado são registrados ao custo de aquisição e subsequentemente avaliadas a valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

d. Provisões de ativos e passivos contingentes

O Fundo, ao elaborar suas demonstrações financeiras, pode fazer a segregação entre:

- (i) Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo, cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- (ii) Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo.
- (iii) Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada, pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

e. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

f. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, estão descritas a seguir:

- (i) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3(b) e 3(c) apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre “definição e classificação dos instrumentos financeiros” e “mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo”.

4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por:

Cotas de fundos de renda fixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento	141	168
Total	<u>141</u>	<u>168</u>

O Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento é administrado pelo Itaú Unibanco S.A. As cotas não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento (liquidez diária). A rentabilidade é determinada pelo investimento em títulos públicos federais, títulos privados de renda fixa ou coobrigação de instituição financeira.

5 Participações em companhias não negociadas em mercado organizado

A movimentação ocorrida na conta de participações societárias do Fundo está descrita a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado com ajuste a valor justo	Saldo final
White Commodities Agrícolas Ltda	2.175	-	385	2.560
Total	2.175	-	385	2.560

O Fundo possui participação em sociedade empresária limitada, conforme abaixo:

White Commodities Agrícolas Ltda.

Descrição

A White Commodities Agrícolas Ltda (“Investida” ou “White”) está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi -São Paulo, SP, tendo sido constituída em 19 de setembro de 2019 e tem como objeto social a comercialização de mercadorias em geral, em especial commodities agrícolas e insumos agropecuários, inclusive grãos e cereais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Investida é de R\$ 1.950, dividido em 1.950.000 cotas, totalmente subscritas e integralizadas. O Fundo possui a totalidade das cotas da White (100%).

Atos societários

Em 15 de fevereiro de 2023, o Fundo adquiriu a quantidade de 1.000.000 de cotas da White, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no montante de R\$ 1.000.

Em 18 de abril de 2023, o Fundo, através de instrumento particular, resolve aumentar o capital da Investida em R\$ 950, com a emissão de 950.000 cotas com valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo.

Valor justo

O valor justo do investimento está suportado por laudo de avaliação elaborado pela gestora em dezembro de 2024. O método utilizado foi fluxo de caixa descontado, tendo por base o valor da companhia em novembro de 2024, variação de 17,67% em relação ao laudo de avaliação, método com base no valor justo, apresentado nas demonstrações financeiras com data base de dezembro de 2023.

A metodologia de avaliação, fluxo de caixa descontado, foi definida após a avaliação das operações da empresa, não tendo dados comparativos equivalentes no mercado e sem alterações significativas na companhia em comparação ao laudo de aquisição do ativo, data base fevereiro de 2025, conforme premissas no quadro abaixo:

31/12/2024

Método adotado	capitalização da renda através do fluxo de caixa descontado
Taxa de desconto	7,72% ao ano
Taxa de capitalização	7,72% ao ano
Período de análise	10 anos

Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da White Commodities Agrícolas Ltda. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., que emitiu o relatório em 13 de maio de 2025, sem modificações.

6 Taxa de administração

O Fundo paga à Administradora uma taxa de administração correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo de R\$ 2, atualizado monetariamente pela variação positiva do IPCA em janeiro de cada ano, provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao da prestação de serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi apropriada a importância de R\$ 21 (R\$ 3 no período de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023) a título de taxa de administração.

7 Política de distribuição dos resultados

Os resultados que compõem a carteira do Fundo são reinvestidos no próprio Fundo.

8 Patrimônio líquido

Cotas de investimento

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido está dividido por 21.000 cotas (21.000 cotas em 31 de dezembro de 2023), com valor patrimonial unitário de R\$ 126,73055476 (R\$ 110,49931523 em 31 de dezembro de 2023), totalizando R\$ 2.661 (R\$ 2.320 em 31 de dezembro de 2023).

9 Condições para emissões e amortizações

O Fundo pode realizar novas emissões de cotas mediante prévia aprovação da assembleia geral de cotistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Fundo não emitiu cotas (21.000 cotas, no montante de R\$ 2.100 emitidas no período de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023).

A Administradora promoverá, conforme instrução da Gestora, amortizações parciais ou a amortização total das cotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo em função de seus investimentos e desinvestimentos seja suficiente para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, respeitados os prazos e procedimentos operacionais aplicáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 2023 não houve amortização de cotas do Fundo.

10 Divulgação de informações

A Administradora divulga as informações periódicas e pontuais referentes ao Fundo e suas atividades de acordo com as regras da CVM: na página da Administradora na rede mundial de computadores e mantida disponível aos cotistas em sua sede, além do envio das informações referidas ao CVMWeb - Sistema de envio de informações da CVM.

11 Rentabilidade

O valor da cota e a rentabilidade auferida pelas cotas do Fundo no período/exercício foi:

Data	Valor da cota	Rentabilidade %
14/02/2023	100,00000000	-
31/12/2023	110,49931523	10,50
31/12/2024	126,73055476	14,69

12 Encargos debitados ao Fundo

	2024		2023	
	Valores	%	Valores	%
Taxa de administração	21	0,88	3	0,13
Auditoria e custódia	27	1,14	25	1,15
CVM	3	0,17	3	0,15
Outras despesas	1	0,03	2	0,11
Total despesas	52	2,22	33	1,54

Percentual calculado sobre o patrimônio líquido médio mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 2.334 (R\$ 2.134 em 31 de dezembro de 2023).

13 Tributação

Os rendimentos auferidos na amortização de cotas do Fundo são sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou liquidação e o custo de aquisição das cotas.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

De acordo com o decreto nº 8.325 de 7 de outubro de 2014, passa a vigorar a partir desta data a alíquota de IOF de 0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Serviços de gestão, tesouraria, escrituração e custódia

O serviço de gestão é prestado pela Hedge Alternative Investments Ltda. e os serviços de controladoria, escrituração, tesouraria e custódia do Fundo são prestados pela Administradora.

16 Partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo não realizou transações com partes relacionadas além da taxa de administração, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

17 Riscos associados ao Fundo

Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador e/ou o Gestor mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

17.1 Riscos de crédito

Consiste no risco de inadimplência ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

17.2 Riscos de liquidez

Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados ou inseridos, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento dos montantes devidos aos Cotistas por ocasião do encerramento do Fundo.

17.3 Riscos de mercado

Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

17.4 Riscos de concentração

O Gestor buscará diversificar a carteira do Fundo. A carteira do Fundo poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho da respectiva Companhia Investida.

17.5 Riscos de concentração

O Fundo está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante os mercados financeiro e de capitais brasileiros. Medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação da Companhia Investida ou nos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade de sua carteira. Além dos riscos citados anteriormente, há outros riscos que o Fundo está sujeito e que estão previstos no regulamento.

18 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Em atendimento à regulação vigente, informamos que o Fundo contratou a auditoria independente somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

19 Outras informações

Em 23 de dezembro de 2022 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. Em 12 de março de 2024, a CVM emitiu a Resolução CVM nº 200 que posterga o prazo de adaptação para 30 de junho de 2025. Os efeitos da nova regulamentação foram avaliados pela administração, bem como as medidas necessárias para a adaptação do Fundo no prazo regulatório.

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõe sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas: a) No último dia dos meses de maio e novembro; ou b) Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

O Fundo está enquadrado como entidade de investimento, e cumpre os demais requisitos previstos na Lei, não estando sujeito à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

* * *

Tais Santana Euclides Rocha
Contadora 1SP345548/O-0

Maria Cecilia Carrazedo de Andrade
Diretora Responsável